



Licenciatura de Letras Português

DAMON IVAIR NUNES

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS: DIVERSIDADES e VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS

**LAVRAS-MG
2021**

DAMON IVAIR NUNES

ESTUDOS LINGUÍSTICOS: DIVERSIDADES e VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

Artigo científico apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras, para a obtenção do título de Licenciado.

Profa. Dra. Valdete Aparecida Borges Andrade
Orientadora

LAVRAS-MG
2021

Resumo

Este artigo visa analisar as variações linguísticas, as suas várias formas de pronúncia, o preconceito que os falantes desta língua recebem, apresenta a sua historicidade que está a ser tecida como sendo a sua identidade em conformidade com a cultura de um país. Como metodologia, visa a pesquisa empírica avaliando as suas aplicações e identificando as articulações do discurso e os conceitos de variações linguísticas regionalizadas no Brasil. Esta investigação apresenta a transformação do discurso no perfil do cidadão comum, o que contrasta com a forma culta de expressão. Para desenvolver esta pesquisa, tomamos como base os pressupostos teóricos de Bagno (1995, 1999, 2002), Labov (2008), Bourdieu (1989), Bortoni-Ricardo (2004), Werneck (2011), Ferraz (2005), Mattos e Silva (1989), Elia (1941), o BNCC (BRASIL 2016), que é o documento orientador desta gestão no Brasil, com o objetivo de aprendizagem e conhecimento essencial que precisa de ser garantido a todos. Com esta investigação, chegamos à conclusão de que existe a variação linguística, porque as línguas têm a característica de serem dinâmicas e sensíveis a fatores como a região geográfica, o sexo, a idade, a classe social do falante e o grau de formalidade do contexto de comunicação.

Palavras-chave: Estudos Linguísticos; Diversidades; Variações linguísticas

Abstract

This article aims to analyze the linguistic variations, its various forms of pronunciations, the prejudice that the speakers of this language receive, presents its historicity that is being woven as its identity being in accordance with the culture of a country. As methodology, it aims at empirical research evaluating its applications and identifying the articulations of speech and concepts of regionalized linguistic variations in Brazil. This research presents the transformation of speech in the profile of the common citizen, which comes into contrast with the cultic form of expression. To develop this research, we take as a basis the theoretical assumptions of Bagno (1995, 1999, 2002), Labov (2008), Bourdieu (1989), Bortoni-Ricardo (2004), Werneck (2011), Ferraz (2005), Mattos e Silva (1989), Elia (1941), the BNCC (BRASIL 2016), which is the guiding document for this management in Brazil, with the goal to learning and essential knowledge that need to be guaranteed to all. With this research, we came to the conclusion that linguistic variation exists because languages have the characteristic of being dynamic and sensitive to factors such as geographical region, gender, age, social class of the speaker and the degree of formality of the communication context.

Keywords: Linguistic Studies; Diversities; Linguistic variations

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
3. METODOLOGIA	11
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6. REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

A linguagem é uma atividade social, receptiva, apresenta-se organizada e estabelece vínculo por diferentes fatores, está estruturada em um sistema que possibilita a expressão de um mesmo conteúdo cultural diversificado, múltiplo de regras diversas, lógicas e com coerência prática, mas que sofre ameaças de uso e apresenta condições de mudança de variação. Esse fator existe porque as línguas possuem a propriedade de serem práticas e capazes de receber as impressões de resultados como, a região geográfica, o sexo, a idade, a classe social do falante e o grau de formalidade do contexto da comunicação. Essas relações encaminham às diferenças linguísticas existentes, que envolvem aspectos históricos, sociais e culturais.

Em sua obra *“Preconceito Linguístico: o que é, como se faz”*, o professor, Marcos Bagno (1999, p.13) trata sobre os diversos tópicos da língua, aborda que: “não existe uma forma “certa” ou “errada” dos usos da língua e que o preconceito linguístico, gerado pela ideia de que existe uma única língua correta (baseada na gramática normativa), colabora com a prática da exclusão social e vai se adaptando ao longo do tempo de acordo com ações dos falantes.

O Português Brasileiro falado em Minas Gerais, Teixeira (1938) assevera que:

A fala do mineiro é calma e sossegada e que nela impera, mais do que em qualquer outra, alei do menor esforço, criando através das alterações fonéticas, um timbre de notas aveludadas, que traduz o temperamento brando e suave, gerado nos longos anos de pacíficas atividades agrícolas e pastoris. (TEIXEIRA, 1938, p. 12)

Percebe-se que há grande resistência, discordância social no que concerne à variação da língua, em razão disso este artigo analisa uma perspectiva funcional da língua, defende a variedade linguística em diferentes contextos, associados a aspectos sócio-históricos, acreditando que é essencial que os usuários dessa variação não sofram preconceitos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo da variação linguística surgiu a partir da verificação das constantes mudanças que ocorreram no sistema da norma padrão da língua em uso. Em uma situação de comunicação, os falantes usam a língua de forma natural, muitas vezes, pelo conhecimento que têm da própria língua e pela convivência com as pessoas de sua família e do grupo social em que estão inseridos. Convém ressaltar que a língua se adequa às necessidades e às características da cultura como instrumento de comunicação social, sendo assim uma variedade linguística não pode ser superior ou inferior a outra.

De acordo com Bourdieu (1989), em determinados sistemas linguísticos, a linguagem,

tida como legítima, tem o mesmo crédito e as pessoas são respeitadas quando falam (ou escrevem). Entretanto, no Brasil, não é isso que acontece; as pessoas de determinadas regiões não são respeitadas quando falam ou escrevem devido ao uso das diversas variações da língua portuguesa. “A língua legítima não tem o poder de garantir sua própria perpetuação no tempo nem o de definir sua extensão no espaço.” (BOURDIER, 1996, p. 45). Além disso, o autor explica que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIER, 1989, p. 14-15).

A variação Linguística pode ser tanto relacionada com a pronúncia quanto com o emprego da palavra, sendo assim em um mesmo espaço convivem diferentes variedades linguísticas. Bagno (2015), em um parecer geral sobre os oito Mitos, analisa, em seu livro “Preconceito linguístico - o que é, como se faz”, a língua portuguesa. No primeiro Mito, o autor trata sobre a unidade linguística da *Língua portuguesa falada no Brasil* e as variações que existem dentro do território brasileiro; com relação ao segundo Mito, ele tece comentários sobre o que chama de círculo vicioso; no terceiro Mito, ele desconstrói o preconceito linguístico. No quarto Mito, Bagno (2015) aponta o preconceito gerado por pessoas que têm um baixo nível de escolaridade, e defende as variantes da língua e analisa o preconceito linguístico e social gerado pela diferença da língua falada e da norma padrão; no quinto Mito, o autor, a partir da afirmação “que a região em que melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”, revela que esse mito não tem nenhuma fundamentação científica. Segundo Bagno (2015),

Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades”. Toda variedade linguística é também o resultado de um processo histórico próprio, com suas vicissitudes e peripécias particulares. (BAGNO, 1999, p. 44-47)

Nenhuma variedade, seja ela: nacional, regional ou local, é melhor, mais pura, mais bonita ou mais correta. Com relação ao preconceito de origem geográfica, Albuquerque Júnior (2012) explica que

aquele que marca alguém pelo simples fato de pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 11).

O sexto Mito tem como base a expressão: “o certo é falar assim, porque se escreve assim”; já o sétimo Mito diz respeito à necessidade de saber gramática para falar e escrever bem. Ao tratar sobre o oitavo e último Mito, Bagno (2015) mostra que o domínio da norma culta é um instrumento

de ascensão social, e que existem casos em que o ensino da língua portuguesa foge da norma-padrão.

A partir da desconstrução desses mitos por Bagno (2015), torna-se necessário que se reconheça a verdadeira diversidade linguística do país, e que se abandone os mitos da unidade do português brasileiro, por isso deve-se planejar políticas de ação junto à população marginalizada dos falantes sem prestígio social.

Em 1977, foi publicado o primeiro volume do Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais em que há a descrição das diferentes formas de falar de uma mesma região. De acordo com Elia (1962, p. 64),

Os falares resultam de uma expansão da língua comum, que vai tomando colorações locais de acordo com as condições geo-humanas de cada região. Não apresentam uma superposição de línguas, como se deu com os dialetos românicos na Europa, mas o alargamento da mesma língua comum, que vai ocupando os espaços vazios ou rarefeitos de um território progressivamente colonizado (...). Por isso é comum e legítimo aludir a dialetos franceses, italianos ou espanhóis, mas a essa denominação é preferível, entre nós, o termo falar.

Uma outra importante contribuição referente ao português falado em Minas Gerais tem como foco a descrição do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG). Além disso, temos a contribuição do Atlas Linguístico do Brasil (AliB), que contém informações de cidadãos entrevistados, as quais são consideradas como uma variável extralinguística no processo de variação e mudança linguística em Minas Gerais.

Como em todas as línguas maternas existentes, com o passar do tempo, elas variam. Segundo Coseriu (1987, p. 76),

as palavras mudam continuamente; não só do ponto de vista fônico, mas também do ponto de vista semântico, uma palavra nunca é exatamente a mesma; diríamos melhor que uma palavra, considerada em dois momentos sucessivos de sua continuidade de emprego numa comunidade, não é *ni tout à fait une autre, ni tout à fait la même* [nem totalmente uma outra, nem totalmente a mesma] [...] em nenhum momento se pode fixar um *sistema estático concreto*, porque em cada momento o sistema se quebra para constituir-se e romper-se novamente – essa mudança contínua é, precisamente, o que chamamos a realidade da linguagem.

Labov (2008.), linguista considerado o fundador da sociolinguística variacionista, aponta fatores dessas mudanças com base em Padrões Sociolinguísticos e influências sociocomunicativas. Segundo esse teórico (1974, 1972), as informações são empregadas em três categorias: indicadores, marcadores e estereótipos. Os indicadores são os traços linguísticos que refletem a variação social (idade, grupo social); os marcadores são os traços que mostram tanto variação social quanto estilística e têm efeitos consistentes sobre o julgamento consciente ou inconsciente do ouvinte que prestigia o falante; e os estereótipos são os tópicos externos de impacto social na

comunidade de fala, rotulados socialmente e que podem, ou não, corresponder ao comportamento linguístico real.

De acordo com Biderman (1899), a língua é responsável por transmitir a herança cultural de um povo que carrega aspectos de vida, das crenças e valores de uma sociedade. Sendo assim, a escola, para cumprir seu papel, necessita identificar as diferentes variações linguísticas, fazendo com que os alunos valorizem essa “identidade” social e cultural, que pode, de certa forma, evitar a discriminação em diferentes culturas e classes sociais. Assim sendo, os alunos poderão se sentir iguais e nunca inferiores linguisticamente. Quando entrarem em contato com a norma culta por meio do ensino, eles, possivelmente, não vão considerar que sua fala é errada. Dessa forma, os alunos conhecerão diferentes formas de comunicação oral dentro de seu tempo e passarão a respeitar as divergências no modo de falar de cada um.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, os alunos devem ser capazes de

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseadas, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (PCN, 1997, p.7)

A forma de falar no dia a dia das pessoas, em diferentes regiões, isto é, a variação da língua é uma prática social e um modelo para se comunicar. Entretanto, convém frisar que não existe modelo definido e tão pouco erro gramatical. Coseriu (1987, p, 54) afirma que "a língua, no sentido amplo do termo, não é apenas sistema funcional, mas também realização normal". O autor nomeia a língua de sistema articulado de variantes linguísticas. Para esse autor, o sistema da língua é do domínio de todos os falantes de uma mesma língua, e as normas, que, como variantes desse sistema, são do domínio de grupos sociais, regionais etc.

A partir desse conceito, ele estrutura quatro tipos de variações linguísticas:

- a) Variação geográfica ou diatópica. Essa variação está relacionada com o local em que é desenvolvida, tal como as variações entre o português do Brasil e de Portugal, chamadas de regionalismo;
- b) Variação histórica ou diacrônica: Essa variação ocorre com o desenvolvimento da história, tal como o português medieval e o atual;
- c) Variação social ou diastrática: Essa variação é percebida segundo os grupos (ou classes) sociais envolvidos, tal como uma conversa entre um orador jurídico e um morador de rua. Exemplo desse tipo de variação são os socioletos;
- d) Variação situacional ou diafásica. Essa variação ocorre de acordo com o contexto, por exemplo.

A inovação do currículo escolar funciona como constituinte para promover um constante movimento, bem como para fazer crescer atividades que proporcionem um trabalho de excelência com as variedades linguísticas. Essa inovação se descreve de forma concisa e direta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz especificidades com base em um conjunto de competências e de habilidades. Quanto ao tratamento da língua, a BNCC assevera que ela pode ser considerada uma recuperação sociolinguística e que apresenta caminhos para a construção de um currículo com probabilidade de investigação da variação linguística e seus impactos sociais.

A BNCC (BRASIL, 2016) observa explicitamente o reconhecimento da variação linguística enquanto fenômeno inerente à língua e ressalta as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, sendo a adequação linguística de acordo com o contexto interacional.

Compreender que a variação linguística é um fenômeno que constitui a linguagem, reconhecendo as relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem e refletindo sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções. (BRASIL, 2016, p.98).

As escolas estão em processo de reestrutura em seu sistema curricular. A BNCC, sendo um documento normativo, explicita o que se deve desenvolver a aprendizagem ao longo de toda a Educação Básica (BRASIL, 2018). No que diz respeito ao valor representativo que esse documento tem, Gerhardt e Amorim (2019, p. 19) afirmam que

Há urgência em abrir espaços de diálogos sobre a BNCC e o que ela representa dentro do grande projeto de um Brasil ajustado à geopolítica mundial contemporânea, o qual inclui de imediato estabelecer objetivos para a formação educacional dos brasileiros. Tais projetos não são novos, mas nos tempos atuais assumem facetas e imagens específicas do tempo em que vivemos, facetas essas constituindo capilaridades que precisam ser postas no centro da discussão.

É dever da escola atuar contra o preconceito, entretanto, fatidigamente, essa instituição tornou-se uma fonte discriminatória das variações não padrão da língua. Bagno (1999, p. 18), ressalta que “a vitória sobre esse preconceito passa por um estudo mais apropriado da língua, onde o aluno tenha as outras variedades, mas sempre tendo como base em sua própria variedade”.

Sobre essa ótica, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) têm se comprometido em extinguir o preconceito com relação às diferenças formas de falar e de se expressar das pessoas. Além disso, eles alertam para que a escola seja um instrumento de prevenção e combate às diversas realidades e contextos sociais que envolvem a presença do uso falado de uma língua dentro das salas de aula.

Algumas atitudes escolares de conscientização devem ser tomadas para que o aluno/falante não seja discriminado pela sua maneira de falar, ou seja, para que ele não seja alvo de críticas e que se sinta rejeitado. É preciso que esse preconceito seja banido, por isso a escola não

deve impor uma norma linguística como se de fato a língua culta fosse comum para todos, sem levar em consideração, por exemplo, a idade, origem geográfica, a situação socioeconômica e o grau de escolarização do indivíduo, que contribuem para essa diversidade de variação da fala.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 17), "precisamos entender que a gramática normativa tem como base o uso de regras antecipadas e que só aceita como variante a linguagem formal, que é a gramática descritiva utilizada para descrever a língua como é falada". Aqui no Brasil também se falam várias línguas, mas com uma diferença, aqui as pessoas se entendem. Mesmo com toda variedade linguística, elas permanecem unidas pelo fato de serem todas brasileiras. Em cada canto, cada um com sua história cada um contribui para que haja a diversidade linguística, que algumas vezes é aceita e pacífica, outras vezes não. Sobre esse assunto, Bortoni-Ricardo (2004, p. 17) se posiciona da seguinte forma:

A idéia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista linguístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de conseqüências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 17)

A BNCC trabalha com a competência que sustenta uma proposta de ensino da língua conforme os preceitos da Sociolinguística, que é "uma área da Linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos." (COELHO, 2015, p.14).

Sendo assim, o papel da escola deve ser o de contribuir com o desenvolvimento da linguagem e da competência dos alunos para se comunicarem em diferentes situações de comunicação. Ao professor cabe a tarefa de reconhecer a variedade de dialetos dos alunos que chegam à sala de aula e de combater o preconceito entre eles, utilizando uma estratégia metodológica para que o ensino da gramática seja significativo. Segundo Mattos e Silva (2006),

Os professores de português, por necessidades exigidas por nossa sociedade discriminatória, têm de explicitar a seus estudantes que certos usos variáveis são censurados em certas situações socioculturais.[...] (o professor) se tiver uma boa formação linguística, especificamente sociolinguística, deverá demonstrar, por exercícios, o valor social das variantes de um elemento variável no português do Brasil. (MATTOS; SILVA, 2006, p. 282)

Para que se reduza o preconceito linguístico, o professor em sua prática docente, sabendo que o estudante já dispõe desta limitação, deve atualizar suas informações de conhecimento nas questões dialetais, ensinando o aluno a entender e falar por meio de uma língua variável.

Esse documento sugere que, no conhecimento relacionado à variação linguística, se conheça algumas das variedades que o português brasileiro apresenta e compreenda que essas diferenças linguísticas operam em todos os níveis da língua, com uma proposta de variedade

conceituada e qualificadas, subentendendo que ela é compreendida como uma estrutura de variações, assim como também os valores sociais que são atribuídos a essas variedades, nas quais algumas são consideradas certas e outras são ridicularizadas, gerando o preconceito linguístico.

3. METODOLOGIA

Com base no tema proposto, a metodologia utilizada nesta pesquisa é empírica/qualitativa. Para Holanda (2002, p.156), "o espaço da interlocução com o humano, o espaço de busca dos significados que estão subjacentes ao dado objetivo, o espaço de reconstrução de uma ideia mais abrangente do que é empírico, um espaço de construção de novos paradigmas".

Na pesquisa qualitativa, a observação é um dos instrumentos de interpretação, tendo a finalidade de subsidiar e refletir sobre o ethos. Nesta pesquisa, busca-se ressaltar o caráter compreensivo, relacional e reflexivo como as vantagens e os problemas que procedem de interação que se dá por meio da linguagem.

Para Flick (2009a, p. 361), esse tipo de pesquisa serve “para designar a combinação de diversos métodos, grupos de estudo, ambientes locais e temporais e perspectivas teóricas distintas para tratar de um fenômeno.” Já na pesquisa quantitativa o que se busca é fornecer informações suficientes que permitam dar atenção ao que fala (reinterpreta), e se necessário às suas interpretações. Alcançar maior qualidade quando ao indivíduo apenas refere um fato, sem que o locutor emita sua opinião ao apresentar evidências; e o que cogita fornecer informações suficientes sobre circunstâncias na quais as evidências foram procuradas e coletadas

Em suma, a Pesquisa empírica é qualquer estudo em que as conclusões são tiradas literalmente de evidências empíricas concretas e estimáveis. Esta evidência pode ser coletada usando estudos de mercado quantitativos e métodos qualitativos. A pesquisa qualitativa é um tipo de investigação que tem a finalidade de compreender fenômenos em seu caráter subjetivo. A coleta dos dados é descritiva, e o foco está mais no processo do que no resultado e a pesquisa não parte de nenhuma hipótese pré-definida.

Bagno (2007, p. 76) aponta que “as formas linguísticas vão ser julgadas e avaliadas de acordo com os juízos de valores sociais atribuídos a quem se serve delas”.

Compreende que trata-se de uma avaliação social e não linguística, embora o documento não mencione as bases que definem quais variedades são prestigiadas e quais são qualificadas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Segundo Martelotta (2008, p. 141), “a sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real” por isso deve ser valorizada quando da análise linguística e principais fatores que a motivam e na importância de cada um dos seus fatores. De acordo com o linguista, é preciso mostrar evidências na definição do grupo falante, os quais são divididos segundo variáveis decorrente (sexo, idade, escolaridade, etnia, nível econômico).

Bagno (2007) esclarece que existe uma confusão no conceito e no procedimento da maneira de desfazer a variação linguística, e que o preconceito linguístico está sendo visto e tratado com base em apenas uma variação, o falar da zona rural. De acordo com autor, as pessoas que moram na zona rural e na cidade também, de uma mesma forma, pronunciam essa variedade na fala, e o que existe é uma concepção errada de que o falar urbano correto é o padrão. O que não é verdade, pois toda língua oral tem seus detalhes, independentemente de que região esse sujeito reside.

Esta pesquisa revelou que há uma distribuição social, que adota uma pronúncia formal, mais centralizada, conservadora, e que não exerce uma certa influência sobre o modo de falar das pessoas. Portanto, para interpretar a centralização dos referidos sons, entre outros fatores, consideramos o nível social, que tem influência não padrão, e o modo de falar dos moradores e imigrantes.

Na pronúncia da norma padrão, temos, por exemplo, as sentenças: “Abre a porta por favor” e “Esse mormaço é um perigo”. Os termos “mormaço” e “porta” são caracterizados pelo R reflexo o “R” caipira: o fonema /r/.

Nas sentenças: “Tu é minha Tia de verdade!” e “Olha, gente!”, os imigrantes nordestinos pronunciam o termo “tu” como [tšu]; do ponto de vista meramente linguístico, a troca do verbo de ligação, “de”, o [e] é feita por [i] / [j]. Na expressão de surpresa e espanto, que deve ser originária de um “olha só minha gente!” ou “olha, gente!”, sofre uma contração pelos falantes mais velhos, que pronunciam “Oxente”; e os mais novos já pronunciam um “Oxi”, contração de “oxente”.

O modo de falar destaca-se pelo “jeitim” de ser e de falar não apenas com um sotaque característico, nas inúmeras expressões nos cortes de sílabas e fusão de palavras, formando uma variação na língua, gentilmente apelidado de Mineirês. Essas pessoas possuem uma diversidade de expressões, tais como: uai, trem, ocê..., fazem a contração de duas ou mais palavras: para um= prum; dedo de prosa = dediprosa, “engolem” o final das palavras (cafezin), e, muitas vezes, o início delas (tanditrem, doidimai ...). Além disso, a pronúncia é cantada: “Cunvidamu ocê agora prum dediprosa di prosa, pra mode cê entendê mió esse tanditrem doidimai que nói fala.”; “Pegaqui um cafezin e se achegue!”; “Arreda pra cá pra gente.”

Do ponto de vista científico, Bagno (1995, p.97) expõe que “a língua muda com o tempo, segue seu curso, transforma-se”. De acordo com Haug (1994, passim.), “nossa língua se deriva

do latim, sofreu tantas mudanças que tratou de ser o nosso português”, findo alguns tempo, o latim predominou sobre as línguas e sua variação em várias regiões. Assim como no exemplo de Minas Gerais, podemos verificar, que as mudanças de variações na língua ocorreram com o passar do tempo.

Sendo assim, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio” (BRASIL, 1998, p. 31).

Convém ressaltar, que quanto à língua falada, é resultado de muitas transformações, de supressões de ordens morfológica, sintática e fonológica. Assim existe parte da população que usam a norma formal, agem de forma preconceituosa a despeito dessas variações, por não conhecerem ou por desaprovarem e acabam cometendo este engano; quanto aos outros que utilizam a forma informal a qual é falada pela maioria da população brasileira, sofrem deveras com o preconceito..

fica óbvio que o rótulo de erro é aplicado a toda e qualquer manifestação linguística (fonética, morfológica e sintática, principalmente) que se diferencie das regras prescritas pela gramática normativa, que se apresenta como codificação da “língua culta”, embora na verdade seja a codificação de um padrão idealizado, que não coincide com a verdadeira variedade culta objetiva.(BAGNO,2004, p.25-26)

A pronúncia dos mineiros possuem características marcantes, expressões peculiares, palavras de significação, que só eles entendem. Por exemplo, se alguém não lembrar o nome de algum objeto, é só dizer a palavra “trem”. Essa expressão tem sentidos diversos, como se fosse um coringa, pois ela se encaixa em qualquer frase, por isso, tornou-se uma palavra importantíssima pronunciado no vocabulário Mineirês.

Com esses exemplos, podemos observar que a linguagem está mais que viva, e que, por isso, muda com o passar do tempo.

Integralmente as variedades linguísticas apresentam condições normais e nem carecem de outro auxílio na informação transmitida verbalmente, e mostra grande valor nos grupos em que são faladas. Por isso, não existe um jeito certo de falar, nem uma variedade linguística superior a outra.

Bernstein (1971) deixa claro que

Numa sociedade dividida em classes, pode-se identificar a existência de duas variedades linguísticas, dois “códigos”, determinados pela forma social: o “código elaborado” e o “código restrito”. Estes diferentes códigos resultariam da diferença entre os processos de socialização que ocorrem nas várias classes sociais (BERNSTEIN, 1971, p. 83).

Segundo o autor, há a existência de diferentes tipos de linguagem, sendo o papel linguístico a função do sistema de relações sociais, conseqüentemente há diferentes unidades de sinais e, cada

idioma combina de acordo com certas regras, permitindo a elaboração de mensagens para o falante.

Segundo Faraco (2008), as normas concentram características umas das outras, dentro da variedade linguística, sendo assim não se permite estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada norma. Faraco(2008) conceitua que

norma é o termo que usamos, nos estudos lingüísticos, para designar os fatos de língua usuais comuns, correntes numa determinada comunidade de fala. Em outras palavras, norma designa o conjunto de fatos lingüísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de certa comunidade. (FARACO, 2008, p. 593)

Sendo assim, em um mesmo grupo de falantes, domina-se mais de uma norma que mudará constantemente de acordo com a fala que vai sendo concluída, mostrando suas dependências.

Numa sociedade complexa, não há, obviamente, um total encapsulamento e insulamento dos grupos sociais, nem de seus membros. Assim, é inevitável o contato entre as muitas normas no intercâmbio social, seja pelo encontro de falantes de diferentes normas, seja pelo fato corriqueiro de um mesmo falante dominar mais de uma norma - dominar no sentido ativo, isto é, de ser capaz de fazer uso efetivo de mais de uma norma; ou apenas no sentido receptivo, isto é, de ser capaz de reconhecer e compreender determinada(s) norma(s), mas não de usá-la(s) efetivamente.(FARACO, 2008. 589)

As pesquisas, como as do Projeto NURC 5, Gramática do Português Falado (CASTILHO, 1990), que estudam a língua em uso, confirmam a hipótese de que as pessoas mais escolarizadas dominam melhor a norma culta do que as pessoas das classes não-cultas, como acontece na região, por nós, pesquisada. A linguagem formal é um conjunto de referência linguística utilizada, via de regra pela categoria mais escolarizada da população; pelas pessoas que vivem em meios urbanos e que possuem elevado nível de escolaridade, bem como na boa pronúncia das palavras.

Já a linguagem informal (não-culta) ou coloquial aponta para a linguagem cotidiana, que se relaciona com uma linguagem mais espontânea, regionalista.

A análise que realizamos vai de encontro com o que Bagno (1999) apresenta sobre o preconceito linguístico. Segundo esse autor, o preconceito linguístico é realizado por grupos sem direção certa, que constroem um padrão por considerarem como “erro” reprovável no que diz respeito a tudo que se diferencie/ distancie da norma culta.

Esse tipo de preconceito é intimamente ligado a outros, como:

- a) **Preconceito Sócio- Econômico**, que se deve ao fato de membros das classes mais pobres terem acesso restrito à educação e à cultura. Geralmente, as pessoas com menor poder aquisitivo entram em contato, no dia a dia, apenas com as variedades linguísticas mais informais e de “menor prestígio”;

- b) O **Preconceito Regional**. Esse tipo de preconceito acontece pelo fato dos indivíduos das regiões mais ricas do país possuírem algum tipo de aversão ao sotaque ou aos regionalismos típicos de áreas mais pobres;
- c) **Preconceito Cultural**, que possui aversão, por parte da elite intelectual, à cultura de massa e às variedades linguísticas.

É preciso abandonar o preconceito do que é “melhor” ou o “pior” nas variações do Português Brasileiro, pois o preconceito está baseado em um ponto de vista pessoal negativo, reprovado, desrespeitoso às variedades linguísticas de menor prestígio social. “O tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma.” (BAGNO, 1999, p. 97)

A inovação do currículo escolar funciona como constituinte para promover um constante movimento, bem como para fazer crescer atividades que proporcionem um trabalho de excelência com as variedades linguísticas. Essa inovação se descreve de forma concisa e direta na BNCC, que traz especificidades com base em um conjunto de competências e de habilidades, quanto ao tratamento da língua, uma recuperação sociolinguística apresentando caminhos para a construção de um currículo com probabilidade de investigação da variação linguística e seus impactos sociais.

De acordo com os PCNs,

A língua é fundamental para a participação social efetiva do indivíduo”. [...]; Ensinar língua oral deve significar para a escola à possibilidade de dar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. (PCN, 1998, p. 67).

Pudemos concluir com essa breve análise que, na língua portuguesa, existem diversas variações linguísticas, as quais são caracterizadas pelos diferentes grupos sociais, resultantes, na maioria das vezes, das normas estabelecidas. A elite, que pertence à camada mais favorecida economicamente e é escolarizada, está diretamente ligada à linguagem culta. Não são todas as variações linguísticas aplicadas a esse grupo de prestígio. Muitas pessoas, vítimas de preconceito linguístico, são consideradas menos cultas e, por isso, sua fala é considerada incorreta. Para mudar essa situação, uma das soluções seria aceitar as variedades linguísticas como fontes de enriquecimento e cultura, sem encará-las como erros ou desvios.

A escola necessita incorporar a ideia de que não se deve empregar somente o nível formal da fala para todas as situações, e desmistificar o fato que a fala “correta” é a que se aproxima da escrita. É importante que a escola auxilie os alunos a desenvolverem o domínio dos gêneros discursivos, uma vez que falamos por meio dessas entidades.

Quando uma língua se institucionaliza, cria-se instrumentos normativos como a gramática normativa e a ortografia, então tende a escolher um modo de falar (dialeto) como norma padrão.

É necessário ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada “artificial” e tomando como “erradas” as pronúncias, que é um resultado natural das forças internas que governam a língua.

A língua está sujeita às variações e às mudanças, sendo constituída por regras variáveis, que atuam nos níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático, lexical e discursivo. Segundo Castilho (2000, p. 12), a língua “é um fenômeno funcionalmente heterogêneo, representável por meio de regras variáveis socialmente motivadas.”

Ainda, discorrendo acerca da noção do que seja certo ou errado, tendo em vista as diversas situações de interlocução, ponto fundamental da discussão ora abordada, deve-se destacar que o domínio da norma padrão não irá, de imediato, resolver todos os problemas de uma pessoa carente. De acordo com BAGNO (1999, p. 91): “É preciso garantir, isto sim, o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habilitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito”.

Pessoas de diferentes grupos se expressam de diferentes formas em diferentes contextos de interlocução. Existe diferença entre o discurso proferido em uma roda de amigos, e uma mensagem rápida trocada por e-mail ou, até mesmo, pelo celular. Muito se discute sobre o caráter de superioridade que a linguagem formal tem sobre a linguagem utilizada no dia a dia. A diferença no modo de falar das pessoas resulta nas variações linguísticas presentes nos grupos sociais como um todo, o que as tornam diferentes são os valores sociais que seus membros possuem na sociedade.

O português brasileiro é composto por variedades linguísticas regionalizadas, podendo causar situações de preconceito linguístico para leigos. Todas as variedades, do ponto de vista da estrutura linguística, são perfeitas e completas em si. Quando a fala dentro de um grupo é igual e a forma de expressão é comum, não há preconceitos.

As variedades linguísticas podem ser definidos como as diferentes formas de falar, o idioma de uma nação.

Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998a, p. 29)

Convém lembrar que a língua padrão de um país não é apresentada com semelhança na estrutura. No Brasil, as variações linguísticas são evidentes e, por isso, de fácil percepção. Além disso, o Brasil é um país multilíngue, rico em variantes linguísticas. O reflexo dessa diversidade se dá, na maioria das vezes, na fala dos brasileiros e não na escrita, pelo fato da modalidade escrita

ser padronizada, oriunda de uma convenção. Por exemplo, no Estado de Minas Gerais, cada grupo social, de diferentes ocupações, faixas etárias e regiões cria a sua própria variação na fala, que é a forma de ter uma identidade social. Dessa forma, é possível perceber que as variações linguísticas estão presentes nas comunicações verbais das pessoas, não só no Brasil, mas também em diferentes partes do mundo. De acordo com Bagno (1999, p. 27-28),

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais e em todos os seus níveis de uso social (BAGNO,1999, p. 27-28).

Devemos nos atentar para o fato de que, mesmo que em um país fala-se uma só língua, essa língua é dotada de variedade linguística, de acordo com determinadas regiões e seus valores sociais. Sabemos que a educação de qualidade, no Brasil, ainda não é privilégio de todos, o que significa que os brasileiros permanecem à margem do domínio das formas prestigiadas do uso da língua. Para Bagno (2015), a ótica do ensino precisa ser diferente, o ensino da língua precisa procurar acontecer nas práticas de letramento, dessa forma, todos terão acesso às variedades da língua.

Segundo Bagno (1999, p.91), “É preciso garantir, isto sim, o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habilitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito.”

Tendo em vista a variedade linguística dos moradores da região do interior de Minas Gerais, percebemos a necessidade de transformação de conceito. Isso pode ser feito a partir da conscientização das pessoas de que o preconceito é algo imposto pela sociedade, e que ele pode se transformar em atitudes preconceituosas e se tornar parte integrante do próprio modo de ser.

De acordo com Bagno (1999, p. 91),

O que está em jogo é a transformação da sociedade como um todo, pois, enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a ascensão social dos marginalizados é, se não hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua (BAGNO, 1999, p. 91).

No processo de ensino e aprendizagem, as variedades poderão ser estudadas tendo como base os gêneros textuais discursivos. Bagno (2015) deixa claro que a variação linguística, em uma visão sociolinguística, é o objetivo no ensino da língua, e também declara que o domínio da norma culta nada vai adiantar para uma pessoa que não tem seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente e que não basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela adquira ascensão social. É preciso ter conhecimento sobre a variação linguística, porque, segundo o autor,

o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, irá resolver todos os problemas de um indivíduo carente.

Ainda, segundo BAGNO (1999), a escola não deve impor aos alunos que decorem as regras gramaticais, mas deve buscar, junto ao professor, formas de utilizar de maneira satisfatória não só a escrita, mas também a fala, e de conscientizá-los de que há um modo “correto” de escrever. Além disso, o professor precisa mostrar que esse modo “correto” é uma mera convenção, e que a fala se modifica dependendo do contexto em que se vive.

Sabemos que mudanças estão ocorrendo no mundo tecnológico de forma rápida. “As novas possibilidades de ensinar e aprender se tornam mais extensas, ultrapassando, no que se refere à língua, aquela simples repetição e levando os alunos a conhecer de forma mais específica a linguagem, mesclando assim a oralidade com a escrita.” (MOURA, 1991, p. 3.)

Imagine se necessitássemos de utilizar uma linguagem formal nas situações mais rotineiras de nosso cotidiano? Certamente não toleraríamos a falta de espontaneidade da fala, sem contar que o dinamismo da comunicação seria prejudicado.

Como dissemos, na sociedade atual, concebe-se ideia de haver apenas uma única língua correta, e isso colabora significativamente para a construção do preconceito linguístico. É comum presenciarmos repreensões abusivas com relação aos desvios gramaticais, o que cria um ambiente opressor para o falante em formação. É necessário apresentar à escola, à família e à mídia um princípio, segundo o qual não se fala em certo ou errado na avaliação de determinada variedade linguística. Além disso, é preciso deixar de questionar se a variedade utilizada em determinados contextos é adequada ou não, e de impor, aos falantes das variedades linguísticas estigmatizadas, o uso da linguagem formal. Sobre esse assunto, Bagno (1999, p. 30) assevera que

Diante desse abismo social, não surpreende que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores venham mostrando que os falantes das variedades linguísticas estigmatizadas têm sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público, que serve exclusivamente da norma padrão. (BAGNO, 1999, p. 30).

Sendo assim, é: “função da escola é levar o aluno a conhecer e dominar essas variantes, as habilidades de leitura e escrita, é de garantir o acesso do aluno a uma gama intensiva de habilidades linguísticas orais e escritas” (BORDENAVE, 2000, p. 35).

Bagno (2000, p.87) afirma que

A gramática deve conter uma boa quantidade de atividade de pesquisa, que possibilitem ao aluno a produção de seu próprio conhecimento linguístico, como uma arma eficaz contra a reprovação irrefletida e a crítica da doutrina gramatical normativa.

A pronúncia é baseada na realidade do meio em que falante vive. Ele nasce e aprende uma gramática que se fixa na mente, e se manifesta de acordo com o contexto em que vivemos; a

gramática existe para apresentar o procedimento da língua e não para expressar como ela deve ser. Bagno (1999) protagoniza o uso da gramática na escola como um “manual auxiliar” na variedade escrita da língua.

Depois de muita discussão, pesquisa e reflexão sobre a necessidade ou não de ensinar gramática na escola, os linguistas e educadores que propõem um ensino de língua mais sintonizado com as reais necessidades dos cidadãos concluíram que, definitivamente, não cabe mais desperdiçar o tempo e o espaço da escola com a tentativa de inculcar nos aprendizes uma nomenclatura técnica interminável para ser aplicada em exercícios de análise sintática ou morfológica sem nenhum objetivo claro e definido (BAGNO, 1999, p. 85).

Sendo assim, é preciso dominar uma gramática da língua, de termos brasileiros/regionais, simples, claros e objetivos, com o intuito declaradamente didático e pedagógico, que sirva de suporte para os professores, alunos para que descreva e explique a língua efetivamente falada pelas classes mais letradas, e direcionar o ensino da língua portuguesa para atividades dinâmicas e inovadoras.

Nessa nova postura de reflexão, é indispensável que o professor procure, tanto quanto possível, estar sempre a par dos avanços das ciências da linguagem e da educação: lendo literatura científica atualizada, assinando revistas especializadas, filiando-se a associações profissionais, frequentando cursos, aderindo a projetos de pesquisa, participando de congressos, levantando suas dúvidas e inquietações em debates e mesas-redondas (BAGNO, 1999, p.141).

Em seu livro, “Preconceito Linguístico, o que é, como se faz”, BAGNO (1999) trata sobre o círculo vicioso ensinado pelo próprio ensino nas escolas, pelos livros didáticos. A população mais carente, que, muitas vezes, não tem acesso à educação, é discriminada por não falar a variante padrão da língua. Bagno (1999) propõe eliminar problemas como: o alto índice de analfabetismo e o pouco contato com a norma culta na leitura e na escrita. Para que isso aconteça, é preciso valorizar o dialeto como uma variante que não é certa nem errada e, conscientemente, encarar que existe uma crise nesse setor.

A norma culta, como vimos, está tradicionalmente muito vinculada à norma literária, à língua escrita. Com tantos analfabetos, lamentar a “decadência” ou a “corrupção” da norma culta no Brasil é, no mínimo, uma atitude cínica... por razões históricas e culturais, a maioria das pessoas plenamente alfabetizadas não cultivam nem desenvolvem suas habilidades lingüísticas no nível da norma culta. Ler e, sobretudo, escrever não fazem parte da cultura das nossas classes sociais alfabetizadas. [...] o ensino tradicional..., em vez de incentivar o uso das habilidades lingüísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva), cuja conseqüência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência. (BAGNO, 1999, p. 107)

Como a gramática em suas regras considera muitos erros, pela gramática normativa precisa uma explicação lógica e perfeitamente evidenciável.

Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia (BAGNO, 1999, p. 82-83).

Bagno (1999), nessa citação, nos fornece a possibilidade de trabalhar a variação linguística de forma reflexiva a partir da comparação da língua com um rio em movimento e da gramática normativa com água parada.

No Brasil, há falta de conhecimento sobre a diversidade linguística, por isso, é preciso ter em mente que o preconceito pode ser minimizado com ações desenvolvidas na escola, dando aos alunos informações sobre como ocorrem os fenômenos linguísticos.

Sob essa ótica, é necessário valorizar e respeitar a variação regionalizada da fala dos grupos e de seus indivíduos, e que, juntos, a escola e a sociedade, tendo esse papel, precisam formalizar esses casos e ajudar na conscientização da riqueza cultural do país contra o preconceito linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados neste trabalho, concluiu-se que é preciso respeitar a forma de comunicação de cada grupo de indivíduos. Entende-se que o preconceito linguístico ocorre, muitas vezes, pela falta de conhecimento sobre as variedades linguísticas.

Percebeu-se que, assim como o universo adequa-se às mudanças, a língua sofre suas adequações, conseqüentemente, a variedade linguística atende às necessidades dos grupos de falantes. O estudo aqui apresentado demonstra que realmente a língua está inerentemente ligada à história de um povo. Foi examinado também, nesta pesquisa, que o papel da escola é de suma importância para a sociedade. Por meio dela, pode-se explicar a existência da diversidade linguística, e que, muito do preconceito linguístico, pode ser legitimado com ações desenvolvidas, levando aos alunos à obtenção de informações coerentes a respeito dos fenômenos linguísticos.

Para tanto, é fundamental a corroboração de todos aqueles que estão envolvidos com o ensino, também de igual modo que o professor auxilie no rompimento de pensamento preconceituoso que existe entre as variações da língua falada, sobretudo essa variação se acentua e precisa ser tratada como a identificação cultural de um povo e não de forma desrespeitosa e preconceituosa.

Nessa perspectiva, esperamos que este artigo, que trata sobre a diversidade e as variações linguísticas, contribua para a interlocução não só entre os acadêmicos, mas também com os professores e a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- BAGNO, M. **A luta desigual. Mito vs. realidade nos livros didáticos de língua portuguesa**. Dissertação de Mestrado, Recife, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, mimeo. 1995.
- _____. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo:Loyola, 1999.
- _____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 15 ed.Loyola: São Paulo, 2002.
- _____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**.São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. **Dramática da língua portuguesa**. São Paulo. 1ªed. Loyola, 2000.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G.(Org.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BIDERMAN, M. T. C. **O léxico, testemunha de uma cultura**. Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filoloxía Românicas. Universidade de Santiago de Compostela, 1989.
- BOURDIEU, R. ORTIZ, R (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em: 23 janeiro 2017.
- _____. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: . Acesso em: 23 janeiro 2017.
- _____. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: . Acesso em: 23 janeiro 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTILHO, A.T. de (Org. 1993). **Gramática do português falado, vol. III, As abordagens**. Campinas: Editora da Unicamp / Fapesp; 3ª. edição, 2002.
- COELHO, I.L et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, (coleção para conhecer linguística).
- COSERIU, E. **Teoria da linguagem e Lingüística geral**. 2'. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

ELIA, S. **O problema da língua Brasileira**, Rio de Janeiro, 1941.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Web Revista, Revista Sociodialeto. V,9. nº 25.p, 589-612. Jul. 2008 .

FERRAZ, I.S. **Características Fonético-Acústicas do /r/ Retroflexo do Português Brasileiro: Dados de Informantes de Pato Branco (PR)**. (PDF). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2005. Pág. 19-21

GERHARDT, A. F. L. M; AMORIM, M. A. de (Org.). Olhares indisciplinados sobre a BNCC. In: GERHARDT, A. F. L. M; AMORIM, M. A. de. A BNCC e o ensino de línguas e literaturas. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019. p. 17-22.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. trad. Joice Elias Costa. 3a ed., Porto Alegre: Atrmed, 2009a, 405p.

HAUY, A.B. **História da Língua Portuguesa**. I – Séculos XII, XIII e XIV. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994 (Série Fundamentos).

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEC. PCNs: **Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

MOURA, D.H. **A formação de docentes para educação profissional e tecnológica**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, v. 1, n. 1, Brasília, 1991.

MATTOS E SILVA, R. V. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 1989.

PAUL, T. **História da língua portuguesa**. 6.^a edição. Lisboa. Livraria Sá da Costa Editora, 1994. ISBN 972-562-129-8. Projeto Atlas Linguístico do Brasil – AliB –

TEIXEIRA, J. A. **O falar mineiro**. Revista do Arquivo Público Municipal, São Paulo, v. XLV, 1938.

TARALLO, F.. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

WERNECK, G. **Estudo revela que Minas tem uma das maiores variações de falas do país**. **Jornal o Estado de Minas**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/09/26/interna_gerais,252568/estudo-revela-que-minas-tem-uma-das-maiores-variacoes-de-falas-do-pais.shtml Acesso em: 5 jun. 2016.